

RELAÇÕES INTERNACIONAIS

JOHN LUKACS, GEORGE KENNAN.
A STUDY OF CHARACTER

New Haven, Yale University Press, 2007, 207 pp.

O último livro de John Lukacs é um ensaio biográfico sobre George Kennan, que o historiador britânico conheceu ainda nos últimos anos da sua vida. George Kennan, diplomata e historiador, foi um dos personagens decisivos da política externa norte-americana no momento da sua transformação numa grande potência internacional. A sua principal marca é a formulação da estratégia dos Estados Unidos em relação ao império soviético, logo a seguir ao fim da II Guerra Mundial, quando cria e dirige o *Policy Planning Staff* no Departamento de Estado e trabalha com o secretário de Estado George Marshall na preparação do Plano Marshall. A estratégia do *containment* partia de um pressuposto – a União Soviética não queria iniciar uma nova guerra – para recusar, paralelamente, as ilusões sobre a possibilidade de uma continuação da aliança das Nações Unidas e uma linha ofensiva anti-soviética. Para Kennan, o essencial era travar a expansão soviética e deixar as forças internas na Rússia e na Europa de

Leste desfazer o império totalitário. Foi essa estratégia que a aliança ocidental seguiu e graças à qual pôde ganhar a Guerra Fria sem travar uma guerra total suicida.

John Lukacs divide a vida de George Kennan em duas metades – a carreira diplomática, até ao fracasso da sua embaixada em Moscovo, e o seu trabalho como historiador e publicista – e procura uma linha de continuidade entre o conselheiro do príncipe que inventou a moderna política externa norte-americana e o crítico que escrutinou a sua evolução desde os anos 50. O fio condutor, para Lukacs, é a firmeza de carácter de Kennan, apresentado como um americano tranquilo do Midwest, profundamente cristão, conservador e patriota, que recusou sempre todos os excessos, incluindo a histeria anti-comunista do princípio dos anos 50. Paradoxalmente, o ensaio sugere uma outra interpretação, quando descreve Kennan como um diplomata clássico, com uma forte tendência isolacionista, que nunca reconheceu as consequências que a estratégia de contenção, que ele próprio enunciou e fundamentou, tiveram na mudança da política internacional dos Estados Unidos [Este livro será objecto de uma recensão mais extensa num dos próximos números].

HUBERT VÉDRINE,
CONTINUER L'HISTOIRE

Paris, Fayard, 2007, 149 pp.

Nas vésperas da eleição presidencial francesa, Hubert Védrine, antigo conselheiro diplomático de François Mitterrand e ministro dos Negócios Estrangeiros de Lionel Jospin, escreveu um ensaio sobre a política externa da França.

Hubert Védrine não só tem o bom hábito de escrever livros oportunos, como revela uma visão realista e um sólido bom senso, próprios de quem se formou numa grande escola diplomática. O seu ponto de partida é banal: afinal a História, com maiúsculas, ainda não acabou e o seu regresso brutal, no 11 de Setembro, acabou, ou devia ter acabado com a ilusão, europeia e ocidental, sobre o início de uma «história pós-trágica». Se essa ilusão é insustentável, a hubris ocidental – sobretudo a da «hiperpotência» – o nome com que Védrine quis baptizar os Estados Unidos no pós-Guerra Fria – permanece intacta. Os ocidentais – mil milhões de pessoas, um sexto da população mundial – insistem em não admitir que o seu «monopólio da história» terminou, designadamente perante a emergência da China, da Índia e do Japão. O problema específico da Europa, além da sua ingenuidade, é não saber quem é: a prioridade da construção europeia, para Védrine, não se resume à aprovação sem referendo de um *petit traité*, como querem os federalistas, mas definir os limites políticos e geográficos da União Europeia, para ultrapassar a lógica absurda de um alargamento sem fim. A construção europeia tem também de assumir que se faz

com os estados nacionais e para defender os seus interesses e estabelecer uma divisão das competências clara, sem a qual a formação dos consensos entre as potências regionais, nomeadamente na política externa – «comum e não única», sublinha o antigo ministro francês – se torna impossível.

O problema específico da França, além da sua depressão nacional, é estar prisioneira de uma quimera. A sua política externa tem de se adaptar às novas realidades e deixar de querer falar em nome da Europa, do multilateralismo e da comunidade internacional – um hábito ridículo que mina a sua credibilidade e confunde a opinião pública – para assumir a defesa dos seus valores e interesses nacionais, nos termos de uma diplomacia clássica, que deixe de estar refém quer dos europeístas, quer dos «direitos-do-homemistas», quer do integrismo multilateralista.

JAKUB GRYGIEL, *GREAT POWERS AND GEOPOLITICAL CHANGE*

Baltimore, Johns Hopkins University Press, 2006,
280 pp.

Contra a morte prematura da geografia, Jakub Grygiel, professor na Paul H. Nitze School of Advanced International Studies da Johns Hopkins, propõe-se restaurar a tradição geopolítica dos primeiros realistas, incluindo Nicholas Spykman e Hans Morgenthau, dois fundadores da escola moderna das Relações Internacionais.

Grygiel rejeita o determinismo geográfico de Halford Mackinder ou da *Geopolitik*

alemã para recuperar a importância da dimensão espacial como uma variável essencial no estudo da ascensão e queda dos impérios. O seu ponto de partida é uma distinção conceptual: a geopolítica, o estudo objectivo do tamanho e da posição geográfica dos estados, bem como do mapa dos centros de recursos cruciais e das principais linhas de comunicação, deve estar bem separada da geoestratégia, que analisa empiricamente a «direcção geográfica» da política externa e as fronteiras dos estados. A geopolítica condiciona as estratégias dos estados, mas são os agentes políticos quem faz e desfaz o destino das grandes potências pelas suas escolhas, que definem o bom ou o mau caminho da política externa.

Para o demonstrar, Grygiel analisa as respostas estratégicas da República de Veneza, do Império Otomano e da dinastia Ming à revolução geopolítica imposta pelos descobrimentos marítimos europeus no século XVI: as três principais potências do tempo erram todas na adaptação geoestratégica às mudanças impostas pela evolução técnica da navegação e pela alteração radical das rotas marítimas comerciais e a incongruência das respostas marca o início do seu declínio.

A questão é pertinente para os Estados Unidos na viragem do século. Para Grygiel, a ressurgência da China e a recentragem das linhas de comunicação nas vias marítimas da Ásia e do Pacífico são uma mudança geopolítica equivalente à revolução quinhentista. O destino dos Estados Unidos depende da qualidade da sua revisão geoestratégica indispensável para conter a China, de modo a impedir que o

velho império continental consiga realizar no século XXI o que não conseguiu completar no século XV: transformar-se numa grande potência marítima.

ROBERT LITWAK, *REGIME CHANGE. U.S. STRATEGY THROUGH THE PRISM OF 9/11*

Washington e Baltimore, The Woodrow Wilson Center Press & Johns Hopkins University Press, 2007, 406 pp.

O tema dos *rogue states* é anterior ao 11 de Setembro de 2001 e, justamente, Robert Litwak, director de Estudos de Segurança do Woodrow Wilson Center, foi um dos primeiros a analisar a questão no seu livro *Rogue States and U.S. Foreign Policy*, publicado um ano antes dos atentados terroristas.

Litwak reconhece a importância do 11 de Setembro, que não alterou a estrutura do poder internacional mas mudou a maneira de pensar dos decisores norte-americanos e determinou a invasão do Iraque. Essa viragem tornou a República Imperial – a fórmula de Raymond Aron que sublinha a dualidade inerente na identidade dos Estados Unidos – mais imperial e menos republicana. Também complicou a resposta à nova ameaça – o nexó entre as redes terroristas e os *rogue states* na posse de armas de destruição maciça – refém do modelo iraquiano, uma guerra preventiva para mudar o regime político.

Para ultrapassar esse impasse perigoso, que pode levar ao isolamento dos Estados Unidos, Litwak valoriza a alternativa líbia. Há duas hipóteses para responder ao duplo

problema da desnuclearização e do despotismo, ambas admitidas pela política norte-americana: a linha iraquiana e a linha líbia, onde os Estados Unidos incentivaram e reconheceram uma mudança política interna na estratégia do regime autoritário que garantiu o fim das suas relações com organizações terroristas e do programa nuclear da Líbia. Litwak chama a essa alternativa «*evolutionary regime change through engagement*», embora os sinais de evolução no regime de Kaddhafi devam ser tomados com um grão de sal.

O precedente da Líbia deve ser tomado em conta nos casos mais difíceis do Irão e da Coreia do Norte e, sobretudo, é necessário para desvalorizar a questão da mudança de regime e concentrar os esforços políticos dos Estados Unidos numa diplomacia da desnuclearização, que deve seguir o modelo da velha estratégia de *containment* – dissuasão estratégica e paciência, enquanto as forças internas fazem o seu trabalho dentro dos *rogue states*. A questão é saber se há tempo.

■ CARLOS GASPAR

MÉDIO ORIENTE

THÉRÈSE DELPECH, LE GRAND PERTUBATEUR – RÉFLEXIONS SUR LA QUESTION IRANIENNE

Paris, Grasset, 2007, 216 pp.

Num momento em que a proliferação nuclear ocupa um lugar central na agenda de segurança internacional, o livro de Thérèse Delpech não poderia ser mais oportuno. *Le grand perturbateur – réflexions sur la question iranienne* analisa não só as ambições do regime teocrático do Irão em desenvolver um programa nuclear militar, mas também os planos do Presidente iraniano, Mahmoud Ahmadinejad, para o Médio Oriente, os mais recentes conflitos na região e o papel da União Europeia no processo negocial.

Thérèse Delpech, especialista francesa em questões de defesa, apresenta, de forma clara, a estratégia negocial do regime ira-

niano perante as pressões da comunidade internacional para abandono do programa nuclear: Teerão acredita que os Estados Unidos vivem, actualmente, uma situação de descrédito sem precedentes no Médio Oriente, pelo que não acreditam na possibilidade de uma intervenção militar. Por isso, o objectivo iraniano é ganhar tempo com as sucessivas rondas negociais, ao mesmo tempo que procura demonstrar a sua ambição de liderança regional, tal como ficou patente no conflito do Verão de 2006 entre o Hezbollah e Israel. Mas Thérèse Delpech vai mais longe: com esta estratégia o Irão pretende humilhar o Ocidente, sendo este um elemento central da política externa de Teerão.

Um dos capítulos mais importantes da obra intitula-se «O projecto de Mahmoud Ahmadinejad para o Grande Médio Oriente». Nele, Thérèse Delpech analisa o «verdadeiro plano concorrente» ao da Administração ameri-

cana para a região. A autora considera que a «repetição *ad nauseam* da ideia de “exportação da democracia”» desvaloriza um dos verdadeiros perigos desta mesma exportação: o nacionalismo persa e o messianismo xiita, que têm por base uma aliança entre os militares (em particular os Guardas da Revolução) e o Presidente Ahmadinejad. Thérèse Delpech salienta que, no Irão, o poder passou da mão dos clérigos para «um fanático laico sustentado pelo complexo militar-industrial e pelos tecnocratas» que, com a sua retórica, assume uma postura de messianismo político.

Mas a análise de Thérèse Delpech ultrapassa as fronteiras do Irão. No último capítulo da obra, a autora francesa analisa a questão da proliferação nuclear no século XXI, que designa por «segunda época do nuclear», tendo a primeira sido o período da Guerra Fria. Segundo Delpech, esta segunda época do nuclear caracteriza-se pela existência de um maior número de actores, uma maior diversidade de doutrinas estratégicas, a proliferação de equipamentos militares, a existência de uma rede de fornecedores clandestinos e a ameaça de tensões mais fortes em duas áreas regionais: Médio Oriente e Extremo Oriente.

Thérèse Delpech conclui com um alerta: o principal problema dos novos actores do século XXI – como o Irão e a Coreia do Norte – não é tanto a sua suposta irracionalidade ou mesmo apologia do suicídio, como acontece com o Irão, mas sim o seu desconhecimento acerca das realidades internacionais e as décadas de dissuasão da Guerra Fria. Porque a falta de familiaridade com as crises nucleares do século XX pode resultar em erros fatais.

JIMMY CARTER, PALESTINA. PAZ, SIM. APARTHEID, NÃO

Quidnovi, Lisboa, 2007, 231 pp.

O processo de paz israelo-palestiniano é, possivelmente, um dos maiores desafios que se coloca aos responsáveis políticos das grandes potências internacionais. Nas últimas décadas foram vários os líderes europeus e americanos que procuraram contribuir para a resolução do conflito e, com isto, deixar uma marca na História. Nenhum, verdadeiramente, o conseguiu. Jimmy Carter, 39.º Presidente americano e prémio Nobel da Paz, foi um deles.

O livro *Palestina. Paz, Sim. Apartheid, Não* consiste num relato das experiências deste político americano antes, durante e depois da sua experiência na Casa Branca. Ao longo da obra, Carter analisa diversos momentos marcantes do processo de paz e crítica, de forma muitas vezes dura, não só muitas das opções políticas dos principais actores do conflito – israelitas e árabes – mas, também, das sucessivas administrações americanas.

Mas mais do que um relato, este livro pretende ser um testamento político para a resolução do conflito que opõe israelitas e palestinianos. Jimmy Carter considera que «existe uma fórmula para uma paz justa, que pode ser aplicada nesta região do mundo, tão pequena e tão única», fórmula essa que não é inovadora: trata-se apenas de aplicar acordos já exaustivamente negociados, aprovados mas nunca aplicados.

Carter apresenta, assim, um plano de paz definido com base em três premissas

essenciais. Em primeiro lugar, deve ser garantida a segurança de Israel. O resultado do processo de negociações deve assegurar o direito de Israel existir e viver em paz dentro de fronteiras reconhecidas, que devem ser aceites pelos palestinianos e pelos outros povos vizinhos. Contudo, essas mesmas fronteiras deverão ser previamente debatidas e consensualizadas, no seio da sociedade israelita, algo que ainda não aconteceu. Em segundo lugar, deve ser garantido aos palestinianos o direito a viver em paz e de forma digna na sua própria terra, tal como está estabelecido pelo direito internacional, a não ser que negociações de boa-fé com Israel alterem este pressuposto. Para além disso, o acordo a alcançar deve respeitar a soberania de todos os países do Médio Oriente. Finalmente, não pode ser perdoada a morte de não combatentes em Israel, na Palestina e no Líbano, por meio de bombas, ataques com mísseis, assassinatos e outros actos de violência.

Mas Carter salienta que a paz no Médio Oriente luta permanentemente contra dois obstáculos. Por um lado, o facto de alguns israelitas acreditarem que «têm o direito de confiscar e de colonizar a terra pertencente aos árabes» e, por outro, de alguns palestinianos responderem «com elogios e honras aos bombistas suicidas [...] considerando como vitórias as mortes de israelitas». Por isso, Carter recorda que «os esforços de paz não têm, só por si, uma vida que lhe permita sobreviver sozinho: não é auto-sustentável» e, ao contrário, «o ciclo de desconfiança e violência tem uma boa base de sustentação».

Mas o antigo Presidente americano vai mais longe nas críticas. Ao contrário do

que aconteceu com anteriores administrações americanas, Carter considera que, actualmente, os EUA colocaram de parte o esforço para revitalizar o processo de paz. Isto porque questões como o Iraque, o Irão e a Coreia do Norte distraem a actual Administração americana de outras «responsabilidades estratégicas».

Esta obra de Jimmy Carter, originalmente publicada nos Estados Unidos em Novembro de 2006, é útil não só pelo relato de alguém que viveu por dentro as experiências do processo negocial, mas também pela documentação que disponibiliza em anexo com a transcrição de alguns dos principais documentos do processo de paz.

ILAN PAPPÉ, A HISTÓRIA DA PALESTINA MODERNA. UMA TERRA, DOIS POVOS

Caminho, Lisboa, 2007, 358 pp.

Ilan Pappé é um historiador israelita conhecido pela sua perspectiva revisionista da história da Palestina. Criticado em Israel por não defender o «inalienável direito do povo judeu à terra prometida», este professor da Universidade de Haifa tem-se assumido como defensor dos direitos palestinianos e promotor de uma nova forma – humanista e não nacionalista, étnica ou religiosa – de contar a história do conflito que opõe israelitas e palestinianos.

Nesta obra, Ilan Pappé traça uma narrativa dos acontecimentos na região tendo por base dois elementos centrais: por um lado, a constatação da manutenção de hábi-

tos e tradições locais e, por outro, o impacto de actores externos na introdução de factores modernizadores naquelas sociedades. Oriundo da principal cidade industrial de Israel, Haifa, Pappé presta particular atenção aos grupos mais pobres e marginalizados salientando, contudo, que, apesar das diferenças nacionais e étnicas, existem ligações sociais e económicas entre os diversos grupos, ligações estas que sobrevivem às guerras, às partições e aos sucessivos fracassos do processo de paz. Ao longo de sete capítulos, Pappé narra os acontecimentos que marcaram todo o século XX na Palestina e que determinaram o desenvolvimento de dois nacionalismos, o sionista e palestino, que se constroem por oposição mútua. Neste relato, o autor tece duras críticas às elites de ambos os povos, que descreve como

«generais arrogantes, políticos gananciosos, estadistas cínicos e homens misóginos». Mas ao mesmo tempo que as elites promovem a opressão, a ocupação e o exílio, as classes mais desfavorecidas criam dinâmicas de coexistência e mesmo de cooperação, através das quais procuram sobreviver.

Pelo seu carácter inovador, pela nova perspectiva de apresentação dos factos que marcaram o último século naquela região e, especialmente, pela explicação de uma rede de acontecimentos que é complexa, o livro de Ilan Pappé constitui uma obra de referência para todos aqueles que pretendem saber um pouco mais sobre o enquadramento histórico de um dos conflitos mais trágicos do mundo contemporâneo.

■ ANA SANTOS PINTO